



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681966 - BA (2021/0229171-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : CLEBER NUNES ANDRADE E OUTRO
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE DE ANDRADE SILVA - BA025104
CLEBER NUNES ANDRADE - SP139237
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PACIENTE : RICARDO LUIZ RODRIGUES BASSALO
PACIENTE : MARCOS DA SILVA GUERREIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO LUIZ RODRIGUES BASSALO e MARCOS DA SILVA GUERREIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1021155-42.2021.4.01.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente, em decorrência do cometimento, em tese, dos seguintes delitos:

RICARDO LUIZ RODRIGUES BASSALO: art. 1º, inciso I, in fine, do Decreto-Lei n.º 201/1967 c/c art. 29 do Código Penal – por 3 (três) vezes em concurso material –, no art. 317, *caput*, do Código Penal –por 3 (três) vezes em concurso material –, e no art. 1º, *caput*, da Lei n.º 9.613/1998 – por 3(três) vezes em concurso material –, tudo na forma do art. 69 do Código Penal;
MARCOS DA SILVA GUERREIRO, como incursonos crimes previstos no art. 1º, inciso I, in fine, do Decreto-Lei n.º 201/1967 c/c art. 29 do Código Penal – por uma vez –, e no art. 90 da Lei n.º 8.666/1993 – por 3 (três) vezes em concurso material –tudo na forma do art. 69 do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida.

Os impetrantes sustentam que "Os pacientes não possuem condições financeiras de arcar com o pagamento de fiança, sendo ela em qualquer valor, pelo fato de que depois da deflagração da operação os paciente não conseguiram manter suas empresas, tendo que demitir todos funcionários, não receberam os valores dos serviços realizados nas prefeituras, pois os contratos foram suspensos, resumindo os pacientes encontram-se em situação de miséria." (fl. 11)

Alegam, ainda, a ausência de fundamentação idônea, bem como dos requisitos que decretou a prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva para poderem responder o processo em liberdade, sem pagamento de fiança, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência